###### **PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**

**Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais**

**Curso de Ciências Econômicas**

**Luíza Fernandes Carvalho Silva**

**RELIGIÃO E CRIMINALIDADE**

**Belo Horizonte**

**2016**

 Há muito o Brasil protagoniza recordes sobre criminalidade massiva; estudos acerca da disparidade social identificam tal fator como um dos motivadores principais às mazelas resultantes da violência vivida no país. Como pode ser verificado através do artigo assinado por Robson Sávio Souza (2005), “Religião e criminalidade: da cultura da morte à cultura da paz e do perdão”, a falta de equivalente oportunidade aos brasileiros desencadeia no desemprego e nas condições precárias de vida, resultando na criminalidade como sobrevivência e saída ao caos social: neste aspecto, o tráfico de drogas ocupa um espaço cada vez maior e, como consequência, financia o uso indiscriminado de armas de fogos e seu contrabando, alimentando assim um conflito social sem precedentes e cada vez mais recorrente.

- No mundo, 1,6 milhões de pessoas morreram em 2000 vítimas de violência, sendo 55% decorrentes de homicídio e conflitos armados, vitimando jovens de 15 a 29 anos;

- No Brasil esta margem é mais baixa, sendo vítimas jovens de 14 a 25 anos, homens negros e moradores de aglomerados urbanos;

- 40 mil pessoas morrem por ano em nosso país;

- 60% destes homicídios concentram-se no Sudeste;

- 70% deles são decorrentes do uso de armas de fogo ilegais;

- em 2012 o Brasil ocupa o 4º lugar entre os principais países exportadores de armas de fogo segundo a última edição da Pesquisa de Armas Leves (Small Arms Survey23).

De acordo com o autor, enquanto os governos gastam milhões no combate ao círculo vicioso da violência, acabam por negligenciar as demais necessidades básicas de sua população tais como saúde, educação, condições de higiene e saneamento, geração de emprego etc. O gargalo social, por sua vez, aumenta: a falta de oportunidade equivalente à toda população, gera desemprego; esta parcela de pessoas, por sua vez, acaba marginalizada socialmente e identifica em atividades como o tráfico de drogas uma possibilidade de emergir. A isto soma-se o contrabando de armas de fogo para manutenção do esquema de tráfico e, consequentemente, seu uso indiscriminado, promovendo cada vez mais a violência e a violação dos direitos básicos.

O aumento estarrecedor da criminalidade no Brasil desencadeia, segundo Souza (2005), na crescente aparição dos casos de homicídio, acabando com a vida de 40 mil brasileiros a cada ano, ultrapassando os índices de mortes por motivo de violência em países em guerra. Suas vítimas, jovens – de 14 a 25 anos –, em sua maioria de raça negra, são moradores de aglomerados urbanos denominados favelas e correspondem – 60% de seus casos – à moradores de cidades da região Sudoeste do Brasil. Diferente do que parece ser, esta parcela da população não se encontra em conflito civil, mas em uma guerra social não-declarada expressa, cada vez, mais através do tráfico de drogas. Como consequência, o uso deliberado de armas de fogo provoca cada vez mais vítimas: segundo a Organização Não Governamental “Viva Rio”, de 8 milhões de armas de fogo no Brasil, 3 milhões são ilegais, sendo que 70% dos casos de homicídios identificados pelo país têm nestas armas ilegais seus motivadores.

A análise 10 anos mais tarde do “Mapa da Violência 2016 – Homicídios por armas de fogo no Brasil”, um estudo de Julio Jacobo Waiselfisz (2015), evidencia que pouco se conteve no que diz respeito ao uso indiscriminado das armas de fogo no país. O Brasil ocupa o 4º lugar entre os principais países exportadores de armas de fogo segundo a última edição da Pesquisa de Armas Leves (Small Arms Survey23); tal colocação é sustentada por duas vertentes principais, uma de defesa, outra contraria: a primeira justifica no uso de arma de fogo a segurança que a população não encontra, fazendo deste um instrumento de representatividade contra a criminalidade. O outro lado, por sua vez, sugere que estas armas administradas por uma população sem preparo potencializa os riscos de homicídios por motivos banais e acidentais.

As condições precárias de moradia, somadas ao menor acesso à educação, a falta de emprego e infraestrutura urbana precária acabam por resultar em um quadro de violência sistêmica sustentado pela desordem social e, consequentemente, criminalidade. A disparidade social acaba por vitimar cada vez mais jovens no Brasil que, condicionados pelo meio em que vivem – bolsões de pobreza – recorrem à criminalidade para amenizar tal exclusão ou acabam sendo vítimas da mesma por fazerem parte de seu contexto social. O perfil dessas pessoas, de acordo Waiselfisz (2015), é predominantemente masculino, jovem e negra, mantendo os preceitos do estudo anteriormente apresentado por Souza (2005).

Retomando à discussão “Religião e criminalidade: da cultura da morte à cultura da paz e do perdão”, diante de uma representativa taxa de mortalidade por arma de fogo onde, de um estudo realizado em 26 regiões do país, 11 delas se destacaram pelo aumento gradativo no número de vítimas, pôde-se inferir a importante e emergencial contenção da desordem social. Esta, identificada pelo autor como origem da exacerbação da violência, contabiliza hoje para o Brasil números de mortes similares aos de países em guerra. Os custos gerados para contenção da violência, de acordo com o artigo, correspondem a 13,4 milhões de reais por ano, deixando de ser direcionados às áreas básicas e de sobrevivência. Tal déficit potencializa a segregação social que, por sua vez, resulta na criminalidade como em um círculo vicioso.

A lacuna na segurança pública vitima cada vez mais pessoas que, fazendo parte ou não das crescentes taxas de homicídio do país, acabam por ter suas vidas comprometidas nos âmbitos sociais, como educação, além da saúde e infraestrutura, sendo necessária em caráter emergencial uma política que contemple os diversos níveis de atuação da criminalidade, combatendo-os com investimento social.

De 20 anos para cá, foi a vez de Belo Horizonte protagonizar um aumento considerável nos níveis de violência. De acordo com Souza (2005), de 1998 a 2003, foram mais de 146 mil ocorrências de crimes violentos, podendo ser ainda maior se forem consideradas os casos que não são notificados. Em um período de 7 anos, os homicídios saltaram de 494 ao ano para mais de 1.300 registros, conduzindo a discussão proposta no artigo à cultura da morte em detrimento à da paz.

Esta cultura reforça uma tendência natural da população que, exposta a tais condições sociais, acaba por negligenciar uma estrutura de ordem social e deixar-se conduzir pelo oposto, sendo manifestada, dentre outras formas -, através da comercialização de armas de fogo e da criminalidade nela implícita. Reforçando tal tendência, Souza (2005) exemplifica a cultura da morte quando sugere que o Brasil é responsável por 13% dos homicídios notificados pelo mundo, um contraponto assustador se considerar que a população do país corresponde apenas a 3% do número de habitantes do planeta.

Por outro lado, e diante da garantia dos direitos básicos dos cidadãos, identifica a religião como a defesa à vida e à cultura da paz. Ela reúne crenças e práticas que, compreendidas no que sugere ser o capital social, ajudam a constituir os valores sociais fundamentais para confrontar a criminalidade que assola a humanidade.

Diante desta reflexão, pode-se inferir que a criminalidade massiva em que os seres têm sido expostos e os níveis alarmantes de violência com os quais são obrigados a conviver acabam por condicioná-los ao círculo nada virtuoso da violência. Os direitos humanos constantemente negligenciados não propiciam aos jovens novas condições de futuro senão aquelas traçadas à margem da educação de qualidade e da oportunidade de emprego; acabam por ficar à mercê das possibilidades que encontram, sendo elas muitas vezes facilitadas por meio da criminalidade. Muito mais que boas condições à nova geração, é preciso um olhar sensível àqueles que já se encontram vitimados pela cultura da morte. O perdão pode representar o vetor para alavancar um futuro próspero à sociedade e àqueles que enfrentam suas mazelas, mas é preciso exercita-lo; não disseminar o ódio ou partilhar de posturas radicais, defender valores que norteiam o amor ao próximo, usando os preceitos de não violência ativa complementam um caminho pautado na prosperidade. A religião pode otimizar a cultura da paz, mas é preciso sensibilidade para não atribuir à ela o caráter de fervor extremista que permeia o lado oposto ao do bem.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Robson Sávio Reis. Religião e criminalidade: da cultura da morte à cultura da paz e do perdão. **HORIZONTE**, Belo Horizonte, p. 97-120, mai. 2009. ISSN 2175-5841. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/550/586>. Acesso em: 15 Out. 2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2016: homicídios por armar de fogo no Brasil. **FLACSO**, Brasília, p. 71, 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016\_armas\_web.pdf>. Acesso em: 15 Out. 2016.